

MPF quer responsabilizar 42 agentes da ditadura em SP

Relação tem 26 integrantes do DOI-Codi e 16 do IML, que teriam ocultado sinais de torturas de presos políticos; procuradores dizem que Lei da Anistia não vale para esses casos e querem pagamento de R\$ 2,1 milhões

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a responsabilização civil de 42 agentes da ditadura militar pela morte ou desaparecimento de 19 opositores do regime, em ações protocoladas ontem na Justiça. A solicitação foi feita perto dos 60 anos do golpe, no dia 31.

A relação tem 26 ex-integrantes do Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo. Entre eles, o delegado Sérgio Paranhos Fleury e o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, já falecidos. Os dois se tornaram símbolos das violações de direitos humanos, pelas acusações de tortura feitas por ex-presos políticos.

Também são alvo 16 ex-servidores do Instituto Médico Legal (IML) paulista que teriam ocultado sinais de torturas e maus-tratos em laudos de corpos de vítimas do regime.

COMANDO "T"

Na ação, o MPF detalhou o papel de colaboração do IML na elaboração de laudos falsos. Os cadáveres eram enviados ao instituto com a inscrição "T", que identificava o corpo como "terrorista", um comando



Falecidos, mas acusados. Brilhante Ustra (à esquerda) e Sérgio Fleury (à direita) estão entre os denunciados pelo MPF por torturas e mortes

para os peritos esconderem as agressões nos laudos. As omissões do IML ocorreram em casos como o do jornalista Vladimir Herzog, morto depois de preso e torturado após se apresentar ao DOI-Codi em 1975. O laudo dos peritos informou que Herzog havia cometido suicídio. No caso de Emmanuel Bezerra, o IML alegou que ele foi morto em uma troca de tiros em 1973, quando na verdade o estudante teve os

dedos, umbigo, testículos e pênis arrancados. Segundo o Ministério Público, a ação tem como objetivo permitir, além da responsabilização dos acusados, medidas de reparação, preservação da memória e esclarecimento da verdade sobre a ditadura. O MPF pede o pagamento de R\$ 2,1 milhões para reparar o sequestro, tortura, assassinato, desaparecimento e ocultação dos corpos dos mili-

tantes políticos. No caso dos acusados já falecidos, a indenização deve ser paga pelos herdeiros, segundo o Ministério Público. Para o MPF, os acusados não podem ser beneficiados pela Lei da Anistia. "A Anistia brasileira é um típico exemplo de autoamnistia, criada para beneficiar aqueles que se contravam no poder. Tal forma é claramente reprovada pelo Direito In-

ternacional", argumentaram os procuradores.

O Ministério Público também pediu que seja declarada a omissão da União e do estado de São Paulo no trabalho de investigar e responsabilizar os ex-agentes do sistema de repressão. "Caberia aos governos federal e estadual realizar a abertura de arquivos e acervos sobre o período vinculados a órgãos de segurança — como as Forças Armadas e a polícia paulista — e criar espaços de memória (on-line e físicos) que traçam as graves violações de direitos ocorridas na ditadura", alegou.

O DOI-Codi do II Exército foi um centro nas atividades de repressão da ditadura

ra a partir de 1970. Até 1977, o órgão foi responsável por 54 mortes e 6,8 mil prisões. A ação também quer que os réus percam eventuais funções ou cargos públicos ocupados atualmente e tenham suas aposentadorias canceladas.

INDENIZAÇÃO DE VOLTA

No início do mês, a Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), em São Paulo, decidiu por unanimidade restabelecer a condenação da União a pagar R\$ 150 mil de indenização à viúva do ferramenteiro Antonio Torini, preso político da ditadura. Cabe recurso à decisão.

Torini trabalhava na Volkswagen quando foi preso na sede da montadora, em fevereiro de 1972, e levado ao Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) de São Paulo, onde foi torturado por 49 dias. Em 1974, foi condenado a dois anos de detenção pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Após cumprir a pena, o ferramenteiro nunca mais conseguiu se reempregar porque o seu nome constava das "listas sujas" que empresas mantinham e trocavam entre si de pessoas ligadas à oposição à ditadura. Torini morreu em 1998.

8º PRÊMIO FAZENDA SUSTENTÁVEL
SOCIAL + AMBIENTAL + ECONÔMICO

Sua propriedade pode ganhar este prêmio!

O Prêmio Fazenda Sustentável dá visibilidade e valoriza o agronegócio lucrativo, ambientalmente correto e socialmente justo! Podem participar pequenas, médias e grandes propriedades rurais que estão fazendo parte dos novos rumos do agronegócio brasileiro. Não fique de fora. Inscreva-se!

www.fazendasustentavel.com.br

Acesse e participe!

REALIZAÇÃO
GOBORU AL

PATROCÍNIO
Cargill

APROVEITECDOLOGO
Rabobank

Imaflora